

Mudanças e resistências na construção da cultura da avaliação institucional

*Delsi Fries Davok*¹

*Dilvo I. Ristoff*²

Resumo: O estudo objetiva verificar em que medida podem ser identificadas tendências de mudanças nos comportamentos dos grupos de professores e alunos dos cursos de graduação da UFSC, em relação ao processo de ensino-aprendizagem, a partir do processo de auto-avaliação docente (AD) e de avaliação do docente pelo discente (ADD). Os resultados da pesquisa revelam que, (1) não obstante uma constância nas avaliações positivas das variáveis, houve em algumas delas redução no grau expresso de satisfação de professores e alunos; (2) há uma fragilidade na cultura da avaliação da Instituição; (3) existe uma cobrança da comunidade acadêmica para que os resultados das avaliações sejam divulgados e sejam utilizados para apoiar as decisões de mudanças; (4) professores e alunos têm perspectivas diferentes de apreciação dos mesmos aspectos; e (5) existe a necessidade de se realizar uma re-avaliação dos projetos da AD e da ADD.

Palavras-chave: Avaliação institucional; Programa de Avaliação Institucional da UFSC (PAIUFSC); Auto-avaliação docente; Avaliação do docente pelo discente; Cultura da avaliação.

Abstract: The purpose of this study is to verify to what extent it is possible to say that changes of behavior have occurred among teachers and students at the Federal University of Santa Catarina (UFSC) as a result of the evaluation process, especially with reference to the data collected through the teacher's self-evaluation questionnaire (AD) and the questionnaire through which teachers were evaluated by their students (ADD). Results indicate (1) that since its implementation in 1994, despite the general tendency of constant positive evaluation, many variables show a decrease in the degree of expressed student and teacher satisfaction; (2) that the existing evaluation culture is still fragile; (3) that students and teachers demand that results be communicated more often and used to support decisions aimed at improving the teaching-learning process; (4) that the data generated by students and teachers reveal that both groups at times have different understandings about the same issues; and (5) that there is a need to re-evaluate the AD and ADD projects.

Key-words: Institutional evaluation; UFSC's Institutional Evaluation Program (PAIUFSC); Teachers self-evaluation; Teachers evaluation by students; Evaluation culture.

1. Introdução

Na avaliação das funções acadêmicas das universidades, a avaliação da docência é a que tem gerado maior discussão. Sem dúvida, esta não é uma tarefa fácil, pois há uma variedade de fatores que influenciam o processo de ensino-aprendizagem: a natureza da disciplina, o desempenho docente, o desempenho do aluno, entre outros. Quando se trata da avaliação do docente pelo discente, as discussões ficam ainda mais abrasivas. Apesar de fazer parte dos projetos de avaliação institucional da maioria das universidades, é a mais criticada, controversa e evitada.

O objetivo do presente estudo é verificar em que medida podem ser identificadas tendências de mudanças nos comportamentos dos grupos de professores e alunos em relação ao processo de ensino-aprendizagem, a partir dos indicadores definidos nos instrumentos de coleta de dados e dos dados objetivos obtidos no decorrer dos pro-

cessos de auto-avaliação docente e de avaliação do docente pelo discente. O estudo tomou como base o processo desenvolvido junto aos cursos de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mais especificamente, o presente estudo busca (1) compreender o processo de avaliação institucional da UFSC; (2) analisar os dados da auto-avaliação docente e da avaliação do docente pelo discente; e (3) verificar a associação entre os dados da auto-avaliação do docente e os dados da avaliação do docente pelo discente.

2. Aspectos metodológicos da investigação

Os objetivos expressos do Projeto de Avaliação Institucional da UFSC (PAIUFSC), são: descrever, analisar, interpretar e avaliar a UFSC, no intuito de desvelar as suas potencialidades e dificuldades. Especificamente, os sub-projetos relativos à auto-avaliação do docente e à avaliação do docente pelo discente buscam informações acerca do desempenho do processo de ensino-aprendizagem na sua operacionalização.

A escolha em se trabalhar com a auto-avaliação docente (AD) e a avaliação do docente pelo discente (ADD)

¹ Professora da Universidade do Contestado (UnC), Concórdia, SC.

² Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

considerou o fato de esses sub-projetos do PAIUFSC, pela sua extensão e alcance, concentrarem, no conjunto, o maior número de dados referentes à avaliação institucional da UFSC.

Diante desta constatação, buscou-se verificar tendências de mudanças nos comportamentos dos grupos de professores e alunos dos cursos de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em relação ao processo de ensino-aprendizagem, a partir dos indicadores definidos nos instrumentos de coleta de dados e dos dados objetivos obtidos no decorrer dos processos de auto-avaliação docente e de avaliação do docente pelo discente.

Por razões de ordem prática, optou-se por uma amostragem não aleatória, de caráter intencional, do tipo por julgamento, que representa razoavelmente bem a população estudada. Os principais critérios levados em consideração para a seleção da amostra foram:

(a) A distribuição dos cursos oferecidos pela UFSC dentro das áreas do conhecimento, de acordo com a classificação da CAPES;

(b) A seleção do curso, de cada área do conhecimento, com maior número de alunos regulares no segundo semestre de 1998 (último período em que se realizou a coleta de dados pelo PAIUFSC, dentro do período de abrangência do estudo).

Foram consideradas, efetivamente, como amostra do estudo aquelas disciplinas, estratificadas por curso, cujos sujeitos, professores e alunos, participaram do processo de avaliação no período de 1994 a 1998, respectivamente.

A realização do trabalho se deu em duas etapas. Uma envolvendo dados secundários, mediante levantamento bibliográfico, análise de documentos e pesquisa no banco de informações da AD e da ADD. Os dados objetivos da AD e da ADD, devem ser considerados de ordem secundária porque, apesar de terem sido, originalmente, coletados através de questionários elaborados e aplicados pela Comissão de Avaliação do Ensino (CAEn), aos professores e alunos dos cursos de graduação e não terem sofrido nenhuma análise mais profunda, já haviam recebido tratamento descritivo e/ou de distribuição de frequência. A outra etapa envolveu dados primários e a produção de novas informações, que foram obtidos através dos comentários adicionais dos questionários das AD e ADD.

O tratamento dos dados de ordem primária e os de ordem secundária, provenientes do banco de dados do

PAIUFSC, inicialmente, foi realizado por meio do uso de técnicas de estatística descritiva, como distribuição de frequência, de forma a permitir a realização de análise exploratória e, posteriormente, a interpretação.

Os dados de ordem primária foram submetidos à análise exploratória, de modo independente, tendo sido comparados, ao final, com os resultados obtidos na análise estatística dos dados secundários.

A leitura e a análise dos documentos do PAIUFSC e o levantamento bibliográfico foram realizados ao longo do trabalho, com o objetivo de articulá-los, ao final, na fase de síntese e das conclusões gerais aos resultados da pesquisa.

As variáveis analisadas são as mesmas que estão estabelecidas nos questionários elaborados e aplicados pela CAEn, nos respectivos processos de avaliação, quais sejam:

- Plano de ensino: elaboração, apresentação à classe e cumprimento do plano de ensino;
- Disciplina: envolvendo aspectos relacionados aos objetivos da disciplina, conteúdo programático, ligação da disciplina com as demais do curso, cronograma de atividades, metodologia de ensino-aprendizagem e bibliografia;
- Desempenho docente: clareza na apresentação dos conteúdos, incentivo à participação do aluno e clima favorável à aprendizagem, segurança na exposição do conteúdo e resposta aos questionamentos, atendimento extra-classe, preocupação em situar a disciplina no contexto histórico, social, político e científico e com as demais disciplinas do curso, procedimentos didáticos, planejamento das aulas, cumprimento do plano de ensino, assiduidade e pontualidade do professor.
- Avaliação da aprendizagem: compatibilidade dos resultados da avaliação com o desempenho do aluno na disciplina, nível de exigências nas avaliações, divulgação e discussão dos resultados das avaliações, regras claras;
- Desempenho do aluno: pré-requisitos para a disciplina, desenvolvimento das atividades recomendadas, participação em atividades extra-classe;
- Infra-estrutura: bibliotecas central e setorial, condições materiais para a aplicação prática dos conteúdos, ambiente físico.

Portanto, todas as informações coletadas foram agrupadas em torno dessas seis variáveis, sintetizadas e analisadas à luz dos objetivos da pesquisa, verificando associações. Os comentários de alunos e professores, oriundos dos formulários da AD e da ADD, serviram para estabelecer uma melhor compreensão e elucidação dos da-

Quando se trata da avaliação do docente pelo discente, as discussões ficam ainda mais abrasivas. Apesar de fazer parte dos projetos de avaliação institucional da maioria das universidades, é a mais criticada, controversa e evitada.

dos quantitativos, com vistas a responder à pergunta de pesquisa, qual seja, em que medida é possível observar uma relação de causa e efeito entre mudanças observadas no processo ensino-aprendizagem e os processos de AD e ADD.

3. Projeto de Avaliação Institucional da UFSC – PAIUFSC

Quando, em 1993, o MEC manifestou sua preocupação com a avaliação das instituições de ensino superior propondo novas discussões acadêmicas sobre o tema e quando a ANDIFES, constituiu comissão com o objetivo de elaborar um projeto para a avaliação das IES, na UFSC, concomitantemente, também se discutia o tema. Essa discussão culminou numa proposta de avaliação institucional, cujos principais pontos metodológicos foram também contemplados no documento elaborado pela ANDIFES. A proposta inicial foi aperfeiçoada e levou a termo o PAIUFSC.

O PAIUFSC, elaborado pela Comissão de Avaliação Institucional, instituída pela Reitoria, se consolidou em 1994, quando foi submetido à Secretaria do Ensino Superior do MEC, a fim de obter financiamento, cujo pedido foi atendido.

Não obstante a sua vinculação ao PAIUB, o programa de avaliação da UFSC foi concebido pela própria comunidade universitária e decidido em diferentes instâncias de participação já, desde a articulação dos seus primeiros objetivos. Assim, as peculiaridades da Instituição foram respeitadas desde o início.

A essência da concepção do PAIUFSC está nos sete princípios norteadores do PAIUB, quais sejam: globalidade, comparabilidade, respeito à identidade institucional, não premiação ou punição, adesão voluntária, legitimidade e continuidade. Na elaboração do projeto entendeu-se serem esses princípios essenciais em qualquer programa de avaliação institucional.

O foco central do PAIUFSC está na avaliação do ensino, da pesquisa e da extensão, na sua interação com todas as atividades universitárias em sua complexidade, com vistas a compatibilizá-los com as necessidades da sociedade, na sua importância política, econômica, social e cultural. Por isso, o processo prevê diversos momentos e múltiplas maneiras de avaliação. O PAIUFSC (1994, p. 23) expressa que: “Para efeitos do processo de avaliação, a Universidade será considerada conforme as suas três atividades fim: ensino, pesquisa e extensão. A atividade técnico-administrativa, permeia as anteriores sendo, por isso, considerada concomitantemente”.

Cabe destacar igualmente que o programa de avaliação não instiga o ranqueamento dos cursos ou setores. Os resultados da avaliação poderão ser usados por toda a comunidade universitária para a melhoria contínua de

seus processos, sejam eles administrativos ou acadêmicos. É nessa perspectiva que o PAIUFSC (1994, p. 25) apresenta seu objetivo geral, qual seja: “Promover a Avaliação Institucional da UFSC visando a sensibilizar a Comunidade Universitária para firmar valores que levem à melhoria da qualidade do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, tendo em vista o interesse de seus alunos, e satisfazendo as necessidades sociais detectadas”. Na prática, pode-se dizer que a qualidade da diferença, para usar a expressão de Leite e Bordas (1994), entre os diversos setores que são avaliados é respeitada, enquanto se busca a diferença dessa qualidade para identificar pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças, a fim de reordenar políticas, visando o compromisso social da Universidade.

A metodologia do PAIUFSC compreende três fases:

a) Preparação: nessa fase acontece a conscientização de toda a comunidade universitária para a aceitação do processo de avaliação. A intensa participação de todos os membros da instituição é de fundamental importância, por isso é essencial desde a elaboração do processo. Nessa fase é validado o princípio da adesão voluntária.

b) Coleta de dados e organização das informações: com a participação de toda a comunidade universitária, são aplicados os instrumentos de coleta de dados e, posteriormente, realizada a descrição dos resultados. As informações concernentes são divulgadas e encaminhadas para todos os interessados e envolvidos no processo.

c) Geração das transformações necessárias para a melhoria da qualidade: os dados, os resultados da avaliação são de uso de toda a comunidade universitária e deverão servir de subsídios para a melhoria da qualidade do projeto de desenvolvimento da Instituição como um todo.

O processo engloba a avaliação dos cursos e departamentos em todas as suas peculiaridades. Na avaliação dos cursos são observados os fatores referentes às condições objetivas para o desenvolvimento das atividades curriculares, aos processos pedagógicos utilizados, os elementos relativos aos resultados alcançados sob o ponto de vista dos egressos e os fatores relativos à formação do profissional crítico, habilitado a atender às exigências do contexto social. São avaliadas também as condições de infra-estrutura do curso. Na avaliação dos departamentos observam-se aspectos relativos ao professor e às atividades departamentais, quais sejam, requisitos legais, pessoais e técnicos, cumprimento dos planos de ensino, produtividade, atividades de pesquisa, atividades de extensão, participação em eventos científicos e culturais, disponibilidade de recursos e disponibilidade de pessoal técnico-administrativo e docente.

O processo de avaliação da UFSC está organizado e se realiza na forma de sub-projetos, quais sejam: Programa de Formação Pedagógica para os Docentes da UFSC (PFPD); Questionário ao Aluno; Questionário ao Profes-

son; Questionário ao Ex-aluno; Informações da Instituição; Avaliação da Pós-Graduação; Seminários de Curso de Graduação; Seminários de Pós-Graduação; Documento Síntese; Avaliação Externa.

O PAIUFSC visa instituir uma cultura de avaliação na UFSC, definida por Ristoff (1999, p. 60) como

... um conjunto de valores acadêmicos, atitudes e formas coletivas de conduta que tornem o ato avaliativo parte integrante do exercício diuturno de nossas funções. E este processo só logrará êxito se for coletivamente construído e se puder contar com intensa participação de seus membros, tanto nos procedimentos e implementação, como na utilização dos resultados.

O autor coloca também que a cultura da avaliação só se constrói através da adesão voluntária ao processo avaliativo dos diferentes segmentos e unidades e sub-unidades acadêmicas e administrativas da instituição.

A análise dos dados deste estudo, se fundamenta no conceito de cultura da avaliação apresentado acima.

4. A evolução dos dados da avaliação institucional da UFSC

Frente a frente com um processo de avaliação, professores e alunos da UFSC manifestaram suas opiniões em relação ao desempenho acadêmico e às condições de infraestrutura da Instituição. A avaliação institucional da UFSC, através da Comissão de Avaliação de Ensino (CAEn), iniciou com um projeto piloto de avaliação do docente pelo discente, cujo relatório foi apresentado no primeiro semestre de 1993, envolvendo 144 turmas de cinco dos 35 cursos de graduação da UFSC. No segundo semestre de 1993 ampliou-se o processo para todos os cursos da Universidade, com uma participação de 1.387 turmas.

A auto-avaliação docente foi realizada em primeira edição, no segundo semestre de 1994. Antes, porém, de ser realizada a avaliação, no segundo semestre de 1994, foi realizada uma avaliação como projeto piloto, no curso de Ciências Contábeis, envolvendo vinte e três dos vinte e seis professores do departamento. A partir de então, o processo aconteceu, anualmente, no segundo semestre, até 1998, com o envolvimento de professores e alunos de todos os cursos de graduação da UFSC.

Neste estudo são apresentados e analisados os resultados da avaliação institucional da UFSC, do ano de 1994

ao ano de 1998. Compreende a avaliação realizada nos cursos de Agronomia, Ciências Biológicas, Ciências Econômicas, Engenharia Elétrica, Farmácia, Letras, Matemática e Pedagogia, amostra intencional deste estudo. Os dados são apresentados e analisados em dois momentos:

1. Auto-avaliação docente e avaliação do docente pelo discente, do período 1994 a 1996;

2. Auto-avaliação docente e avaliação do docente pelo discente, do período 1997 a 1998.

Optou-se em apresentar e analisar os dados em dois momentos distintos porque aconteceram algumas alterações nos instrumentos de coleta de dados em 1997. Os detalhes das alterações serão explicitados mais adiante.

Os dados da auto-avaliação docente e da avaliação do docente pelo discente fornecem informações relevantes. Não se pretende apresentar nenhuma "receita" do que fazer com elas, porém, essas informações, certamente, deverão ser objeto de análise da comunidade universitária para subsidiarem as intenções e decisões de melhoria do processo ensino-aprendizagem, de otimização e melhoria da infra-estrutura da Instituição e, até mesmo, para o aperfeiçoamento do processo de avaliação institucional.

Antes de se proceder à apresentação e à análise dos dados convém destacar que as perguntas dos questionários da AD e da ADD foram submetidas a uma pequena reordenação, de forma que ficassem semelhantemente agrupadas sob as variáveis do estudo, de acordo com o

... um conjunto de valores acadêmicos, atitudes e formas coletivas de conduta que tornem o ato avaliativo parte integrante do exercício diuturno de nossas funções. E este processo só logrará êxito se for coletivamente construído e se puder contar com intensa participação de seus membros, tanto nos procedimentos e implementação, como na utilização dos resultados.

seu conteúdo, em todos os modelos de questionário. Isso se fez necessário para se construir uma metodologia de análise análoga, uma vez que aconteceram alterações na forma de apresentação do instrumento de coleta de dados e no seu número de perguntas, apesar de seu conteúdo permanecer, praticamente, o mesmo.

Para que se pudesse trabalhar com um indicador único que apontasse os resultados de todas as perguntas pertinentes a cada variável, calculou-se a média aritmética de cada grupo de questões, dividindo-as em positivas e negativas. Considerou-se resposta positiva os apontamentos "Sim" e/ou "Praticamente Sim" e, como resposta negativa, os apontamentos "Não" e/ou "Praticamente Não".

Registra-se ainda que nos questionários adotados a partir de 1997, houve o acréscimo de mais uma opção de resposta denominada "Não se Aplica" e de uma variável para avaliação dos laboratórios. A opção "Não se Apli-

ca” destinava-se, originalmente, àquelas turmas e/ou disciplinas que não faziam uso de laboratório nas suas atividades de ensino-aprendizagem. No entanto, percebeu-se que, muitas vezes, esta opção foi apontada quando o avaliador não tinha intenção de responder à determinada pergunta, independente da variável a que se referia e, por outro lado, verificou-se que o item laboratórios, em alguns questionários, não recebeu resposta alguma. O exposto acima foi o que levou à análise dos dados em dois momentos distintos, e da exclusão da variável laboratórios.

4.1. Aspectos positivos e limitações verificados na avaliação dos cursos de graduação da UFSC

Formando um conjunto único dos resultados apresentados em todos os cursos, é possível identificar que professores e alunos apontaram diversos aspectos que contribuem para se desvelar a qualidade dos cursos de graduação da UFSC.

A frequência das avaliações em cada uma das variáveis do estudo, no período de 1994 a 1996 e no período de 1997 a 1998, são apresentadas na tabela 01.

Tabela 01 – Frequência, por variável, da AD e ADD dos cursos de graduação da UFSC – 1994-1998

1994-1996		Plano de Ensino		Disciplina		Desemp. Docente		Aval. da Apend.		Desemp. do Aluno		Infra-estrutura	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Professor	Positivo	1.647	83,01	1.868	91,43	1.963	95,94	1.995	97,22	1.664	81,57	1.066	52,77
	Negativo	337	16,99	175	8,57	83	4,06	57	2,78	376	18,43	954	47,23
	Total	1984	100,00	2043	100,00	2046	100,00	2052	100,00	2040	100,00	2020	100,00
Aluno	Positivo	19.409	95,81	18.060	89,93	18.396	91,48	17.623	89,55	14.681	76,02	13.064	69,16
	Negativo	848	4,19	2.022	10,07	1.714	8,52	2.057	10,45	4.630	23,98	5.825	30,84
	Total	20.257	100,00	20.082	100,00	20.110	100,00	19.680	100,00	19.311	100,00	18.889	100,00
1997-1998		Plano de Ensino		Disciplina		Desemp. Docente		Aval. da Apend.		Desemp. do Aluno		Infra-estrutura	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Professor	Positivo	1.216	95,37	1.136	88,68	1.062	81,32	1.197	91,65	955	75,02	834	66,40
	Negativo	20	1,57	99	7,73	131	10,03	51	3,91	202	15,87	259	20,62
	Ñ Aplica	39	3,06	46	3,59	113	8,65	58	4,44	116	9,11	163	12,98
	Total	1.275	100,00	1.281	100,00	1.306	100,00	1.306	100,00	1.273	100,00	1.256	100,00
Aluno	Positivo	13.698	92,08	11.378	76,56	10.252	69,64	10.022	67,86	11.716	79,49	10.739	72,87
	Negativo	871	5,85	2.906	19,55	3.155	21,43	2.237	15,15	2.192	14,87	2.443	16,58
	Ñ Aplica	308	2,07	577	3,88	1.314	8,93	2.510	17,00	831	5,64	1.555	10,55
	Total	14.877	100,00	14.861	100,00	14.847	100,00	14.769	100,00	14.739	100,00	14.737	100,00

Com relação à variável **Plano de Ensino**, na avaliação dos professores (AD), percebe-se uma melhora significativa do primeiro para o segundo período, pois houve um aumento de 12,36% nas respostas positivas. Isso pode indicar que os professores têm se preocupado em melhorar a sua prática para otimizar o processo de ensino-aprendizagem ou, pelo menos, que o professor, de acordo com a sua auto-avaliação, passou a dar maior atenção às questões relativas ao Plano de Ensino.

Os dados da ADD nesta variável, do primeiro para o segundo período, comportaram-se de forma mais estável. Os alunos, nos dois períodos, avaliaram muito bem

esta variável, o que significa que os professores têm apresentado o Plano de Ensino aos alunos e que foi possível cumpri-lo, pois estas eram as perguntas centrais relativas a esta variável.

Na avaliação da variável **Disciplina**, percebe-se uma estabilidade nos dados dos professores, porém, os alunos manifestaram uma maior insatisfação nos anos de 1997 e 1998. Registrou-se uma diminuição de 13,37% nas respostas positivas de um período para outro. Foi perguntado aos alunos se a organização dos conteúdos da disciplina favoreceu a aprendizagem, se a bibliografia apresentada foi adequada e se foi percebida a importância da disci-

plina para o Curso. Há de se ponderar se os alunos têm condições de analisar estes aspectos, pois, alguns autores, tais como Ahumada Acevedo (1992) e Cahn (1994) afirmam que os alunos podem ver perfeitamente os aspectos exteriores do processo ensino-aprendizagem, porém, não são capazes de avaliar a validade e profundidade dos conteúdos e da bibliografia indicada pelo professor.

A avaliação do **Desempenho Docente**, no primeiro período, foi bastante positiva. Mais de 90% das respostas de professores e alunos manifestaram satisfação com este aspecto. No entanto, a opinião dos alunos mudou no segundo período, indicando um percentual de 21,43% de respostas negativas. Relacionando este resultado com o da variável Disciplina, parece haver um indício de que o aluno tende a relacionar a avaliação do Desempenho Docente com a avaliação da Disciplina. É possível que a não afinidade com a disciplina leve o aluno a avaliar de forma mais negativa o desempenho do professor.

Ao opinarem sobre a **Avaliação da Aprendizagem**, os professores responderam de forma mais positiva que os alunos. Nota-se na tabela que no primeiro período 97,22% das respostas dos docentes foram positivas e as dos alunos apresentam uma satisfação menor (89,55%). No segundo período, apesar de ter diminuído um pouco o percentual de respostas positivas dos professores, não se percebe um aumento na mesma proporção nas avaliações negativas, pois, a opção de resposta "Não se Aplica" absorveu 4,44% das respostas.

As respostas dos alunos, de 1997 e 1998, por sua vez, são menos favoráveis. O que mais chama a atenção em relação ao período anterior é a diminuição de 21,69 pontos percentuais nas respostas positivas dos discentes. Observa-se ainda um percentual de 15,15% de respostas negativas e, 17% de respostas centradas na opção "Não se Aplica". Acredita-se que a opção "Não se Aplica" tenha mascarado os resultados desta variável no segundo período. De acordo com as perguntas dos questionários AD e ADD parece ser incoerente esta opção de resposta, pois perguntou-se para professores e alunos se o nível de exigência das avaliações esteve compatível com as atividades desenvolvidas no decorrer das aulas; se o resultado das avaliações refletiu o efetivo desempenho dos alunos; se antes de realizar nova avaliação, o professor divulgava o resultado da avaliação anterior e; se após a realização das avaliações, o professor discutia o resultado em classe e/ou individualmente.

O **Desempenho do Aluno**, tanto na AD como na ADD, no período de 1994 a 1996, foi avaliado de forma mais negativa que nos anos de 1997 e 1998. Na AD, apesar do percentual de avaliações negativas ter diminuído no segundo período, isso não se refletiu nos percentuais de avaliações positivas, pois muitas respostas foram assinaladas na opção "Não se Aplica". De uma forma glo-

bal, esta variável foi avaliada mais negativamente pelos alunos.

A variável **Infra-estrutura** é aquela que é foco da maior insatisfação entre todos os aspectos avaliados na AD e na ADD. Percebe-se na AD uma diminuição nos percentuais de avaliações negativas do primeiro para o segundo período, porém, a diferença não se refletiu ao todo nas avaliações positivas, pois, 12,98% das respostas foram centradas na opção "Não se Aplica". Sobre os dados da ADD pode-se fazer a mesma observação.

No âmbito dos oito cursos analisados, portanto, a variável em que foi registrado o maior índice de satisfação dos professores (AD), no primeiro período (1994-1996), é a Avaliação da Aprendizagem. Para os alunos (ADD), neste mesmo período, o aspecto que mereceu a avaliação mais positiva foi a variável Plano de Ensino. Por outro lado, o aspecto que mereceu a maior avaliação negativa de professores e alunos foi a Infra-estrutura.

Nos anos de 1997 e 1998, destacou-se como o fator mais positivo, avaliado por professores e alunos, o Plano de Ensino. Nota-se na tabela 01 que 95,37% das respostas da AD e 92,08% das respostas da ADD avaliaram este aspecto positivamente. Os aspectos que apresentaram maior insatisfação no segundo período foram, na opinião dos professores, a Infra-estrutura (20,62%) e, na opinião dos alunos, o Desempenho Docente (21,43%).

De uma forma geral, afigura-se um percentual maior de respostas negativas nos dados da ADD, com exceção das variáveis Plano de Ensino no primeiro período e Infra-estrutura no primeiro e segundo períodos.

Comparando os percentuais de avaliações negativas da AD do primeiro com os do segundo período, em cada variável, pode-se dizer que, na opinião do professor, o Desempenho Docente e a Avaliação da Aprendizagem sofreram uma perda de qualidade. Diz-se isso porque estas duas variáveis, conforme os dados da AD, apresentaram um percentual de avaliações negativas maior no segundo período.

Fazendo esta mesma comparação com os dados da ADD, verifica-se que na opinião dos alunos, obteve-se ganho de qualidade em apenas dois aspectos, quais sejam: Desempenho do Aluno e Infra-estrutura. Os demais, nos anos de 1997 e 1998, mereceram avaliação negativa maior que no período anterior. Isso caracteriza um retrocesso? Fica o dado para análise dos responsáveis.

Estas diferenças entre os dados da AD e da ADD, observadas nas avaliações de várias variáveis, sugerem que professores e alunos têm perspectivas diferentes de apreciação. No entanto, a opinião de que existe deficiência de recursos físicos e materiais é proeminente entre as duas amostras de avaliadores.

Com relação aos percentuais de respostas, em todas as variáveis nos anos de 1997 e 1998, centrados na opção

“Não se Aplica”, acredita-se que, em função do conteúdo das perguntas dos questionários, estas respostas foram uma fuga. É quase certo que os respondentes viram nesta opção uma oportunidade de se manterem na neutralidade. Isso possivelmente é consequência de uma falha do instrumento de coleta de dados que, aliás, deve ser revisto. Para fundamentar esta sugestão, é oportuna uma assertiva de Dias Sobrinho (1997, p.72):

Avaliar é uma ação que não admite neutralidade. Ultrapassa as descrições objetivas e as análises de coerência interna da realidade tomada por objeto. É um processo de forte conteúdo ético, pois indaga sobre valores e significados sociais. ... avaliar é reconhecer o mundo da produção humana e as diferenças, é responder às perguntas que fazemos a respeito de seus valores ou de suas qualidades.

De 1994 a 1998 participaram, concomitantemente, da AD e da ADD, 2.155 das 5.062 turmas dos oito cursos da amostra do estudo. Isso representa que houve uma adesão efetiva ao processo avaliativo de 42,57% da comunidade investigada. Deste universo, nos anos de 1994 a 1996, retornaram em média/ano 685 formulários AD e 6.956 formulários ADD. Nos anos de 1997 e 1998, obteve-se uma média de retorno de 665 formulários AD e 7.456 formulários ADD. Observa-se que a participação dos professores foi menor no segundo período (2,92%), enquanto que a dos alunos aumentou em 6,70%.

Em média, atuavam nos oito cursos da amostra, no segundo semestre de cada ano, conforme dados fornecidos pelo Sistema de Informações Acadêmicas da UFSC (SIA), 674 professores. Essa média foi calculada a partir do número de professores dos anos de 1995, 1997 e 1998, pois, não foi possível recuperar dados referente aos anos de 1994 e 1996. Pelo índice histórico da carga didática semanal média dos professores, cada docente tem uma carga horária semanal média de 10 horas/aula, o que corresponde a 2,5 disciplinas. A partir dessa informação do SAI, e do número médio de formulários AD (677), que foram obtidos nas avaliações de 1994 a 1998, chega-se a um número aproximado de 271 professores que aderiram ao processo avaliativo, o que significa que, em média, 40,02% dos professores dos cursos efetivaram a sua auto-avaliação.

Tomando como base o número de alunos que compõe a amostra deste estudo (3.625), isto é, alunos efetivamente matriculados no segundo semestre de cada ano, e a média/ano de formulários ADD (7.116), e considerando que, conforme índice histórico fornecido pelo SIA, cada aluno se matricula em média em quatro disciplinas por semestre, obtém-se uma adesão média de 1.779 alu-

nos. A partir desses dados, pode-se verificar que o percentual de alunos que aderiram, efetivamente, ao processo de ADD corresponde a aproximadamente 49,07%.

Desta forma, pode-se dizer que em torno de 40% dos professores e 49% dos alunos estão sensibilizados para a necessidade do processo avaliativo. Essa participação é bastante significativa e pode representar um indício de que a cultura da avaliação está se instituindo na UFSC, em especial se for considerado que a adesão é voluntária e não está vinculada a mecanismos de premiação e punição. No entanto, há de se reconhecer que ainda existem muitas resistências que devem ser superadas, pois mais da metade da comunidade acadêmica ainda não aderiu ao programa de avaliação do ensino de graduação.

5. Considerações finais

O processo avaliativo na UFSC colheu informações ricas, que certamente poderão favorecer o repensar da instituição na direção de uma busca de qualidade em consonância com seus compromissos sociais.

O fato de a avaliação ter ocorrido por cinco anos consecutivos é por si só um aspecto altamente positivo a ser considerado, pois caracteriza o princípio da continuidade. Este princípio é apontado pelo PAIUFSC como sendo necessário para se poder efetuar uma comparação dos dados de um período para outro, bem como para testar e aprimorar a confiabilidade dos instrumentos de coleta de dados. Esses são elementos essenciais para se ter uma cultura de avaliação. Sem dúvida, a continuidade verificada, é um sinal de que a Instituição esteve preocupada em desvelar-se para poder dar partida às mudanças necessárias exigidas pelo sistema educacional.

Lamenta-se, no entanto, que no ano de 1999, esta continuidade ao processo avaliativo tenha sido quebrada. Identifica-se que isso ocorreu, principalmente, em função de três fatores: (1) A UFSC apresentou um ano muito atribulado em função da greve de professores e servidores no ano de 1998, que teve como consequência a aglutinação de três semestres letivos em 1999; (2) o momento político que se apresentava – eleições para reitor; e, na opinião de alguns membros da CAEn, (3) a inadequação dos instrumentos de coleta de dados.

Com relação ao objetivo da pesquisa, que buscou analisar os dados da Auto-avaliação Docente (AD) e da Avaliação do Docente pelo Discente (ADD) na UFSC tem-se a considerar que a falta de sensibilização da comunidade acadêmica, de uma forma geral, é o maior empecilho do PAIUFSC para que a cultura da avaliação se institua.

A falta de sensibilização dos professores para com o processo avaliativo é identificado na inconstância do número de formulários da AD durante todos os anos. Verificou-se que o número de turmas em que ocorreu a AD

é menor que o número de turmas em que ocorreu a ADD, nos dois períodos analisados. A insensibilidade dos professores causa, certamente, também uma redução na adesão dos alunos, pois percebeu-se que em algumas turmas, o número de formulários respondidos pelos alunos era muito inferior ao número de alunos matriculados.

Percebe-se também claramente uma divisão do processo em dois períodos, pois de 1994 a 1996 houve uma considerável diminuição no número de participantes de ano para ano, em quase em todos os cursos. Em 1997, os números se recuperaram em relação ao ano anterior (1996), porém, em 1998, na maioria dos cursos, verificou-se novamente uma menor participação. É bom lembrar que em 1997 houve uma reformulação nos instrumentos de coleta de dados.

Alguns pontos com relação aos instrumentos de coleta de dados merecem ser considerados. Observou-se que os formulários da AD e da ADD, utilizados nos anos de 1994 a 1996, por não possuírem a opção de resposta “Não se Aplica”, não davam tanta margem ao respondente de fugir de uma resposta positiva ou negativa. Ao mesmo tempo, a não existência desta opção, possibilitou que se identificasse com mais precisão as abstenções, que podem ser traduzidas em falta de sensibilização para com o processo avaliativo. Já no segundo período (1997-1998), a opção “Não se Aplica” mascarou muito os resultados, pois percebeu-se, em função do conteúdo das perguntas, que muitas vezes, quando o respondente não tinha intenção de responder ao questionário, optou pelo “Não se Aplica”. Portanto, esta opção serviu para fugir da responsabilidade de responder com seriedade ao questionário, pois, em alguns formulários, tanto da AD como da ADD, todas as perguntas receberam esta resposta.

Um aspecto positivo, que indica uma adequação metodológica dos instrumentos de coleta de dados é o equilíbrio das respostas (percentuais de não-respostas e de respostas atribuídas às opções do questionário: sim, praticamente sim, não, praticamente não, e não se aplica) entre os cursos das diversas áreas do conhecimento.

Na observação dos comentários que os alunos fizeram nos formulários da ADD, encontrou-se uma referência considerável ao fato de, apesar de a avaliação ter se realizado em vários anos consecutivos, não foram percebidas mudanças nos aspectos avaliados. Os alunos fazem observações como: “Ao longo de vários anos consecutivos nada é mudado”. Na opinião deles, conforme os comentários e os dados objetivos, tudo continua como se apresentava quando foi realizada a primeira avaliação, em 1994.

A não constatação de mudanças pós-avaliação, fomenta o desestímulo e pode incorrer na diminuição de respostas positivas. Isso caracteriza também, que a avaliação está servindo apenas para constatação e seus resultados não

são utilizados para apoiar as decisões de mudanças a fim de otimizar os processos que envolvem o ensino e a aprendizagem, provocando descrédito entre professores e alunos com relação ao Programa de Avaliação Institucional. Alimenta-se assim a impressão de se estar realizando o “processo pelo processo”, ou seja, a avaliação como fim em si mesma.

Depois de cinco anos consecutivos de avaliação, é chegada a hora de a Universidade criar mecanismos que cobrem mudanças efetivas para tratar dos pontos negativos apontados. Parece que os cursos não estão utilizando os resultados nem para fazer mudanças nem para incentivar a discussão com relação aos itens negativos.

Será necessário também uma divulgação e incentivo aos itens positivos através da divulgação dos resultados para todo o meio acadêmico, pois, principalmente os alunos reclamam por não terem acesso às informações da avaliação. Se mudanças estão sendo realizadas, elas não são percebidas por deficiência no processo de comunicação. É necessário democratizar mais os dados, discuti-los com quem os produziu e apresentar, ou pelo menos discutir, possíveis soluções para os problemas apontados. Quando melhorias são realizadas, estas também devem ser divulgadas, para lembrar que a avaliação institucional tem objetivos e atende a sua função formativa. O que diz Ristoff (1999, p. 98) vem complementar o exposto:

É justamente porque avaliação não se confunde com controle que é preciso não abdicar da titularidade do processo, engajando a comunidade tanto na sua implementação quanto na divulgação e utilização dos resultados. Esta utilização, numa casa de instrução, não pode dar centralidade a prêmios ou penas, mas deve buscar o aperfeiçoamento acadêmico através da renovação de técnicas, métodos, utilização de recursos, concentração de esforços e envolvimento humano na auto-superação de nossos limites e deficiências.

Portanto, é necessário haver preparação institucional para o encaminhamento de medidas para dar respostas concretas para às indicações resultantes da avaliação. Talvez seja este o ponto mais frágil do PAIUFSC.

Outro aspecto verificado é que os alunos se mostraram mais críticos, tanto em relação a si próprios, quanto ao desempenho dos professores, pois em quase todos os cursos, nos dois períodos, os dados da ADD apontam maior percentual de avaliações negativas que os dados da AD na avaliação do Desempenho dos Alunos e do Desempenho Docente. Já os professores foram mais positivos consigo mesmos e avaliaram de forma mais negativa o Desempenho dos Alunos.

As diferenças dos dados da AD e da ADD, observadas na avaliação da maioria das variáveis, sugerem que os

docentes e discentes não só têm perspectivas diferentes de apreciação, como possivelmente condições diferentes de avaliar as mesmas variáveis. Isso pode ocorrer porque os alunos são mais transitórios e têm menos aporte de conhecimento. Ou porque, conforme afirma Cahn (1994), o aluno só é capaz de avaliar aparências, não tendo condições de analisar os aspectos do processo ensino-aprendizagem com maior profundidade.

Apesar dos inúmeros registros de insatisfação encontrados nos formulários da AD e ADD dos anos de 1997 e 1998, parece ter havido, para melhor, alguma transformação no processo ensino-aprendizagem do primeiro ao segundo período, pois o percentual de respostas positivas se apresentou maior no último. Quer-se acreditar que professores e alunos vêm assumindo com maior responsabilidade os seus papéis de educador e educando.

Os resultados da pesquisa revelam como principais conclusões que (1) desde a implementação do processo, em 1994, não obstante uma constância nas avaliações positivas das variáveis, houve em algumas delas redução no grau expresso de satisfação de professores e alunos; (2) há fragilidade na cultura da avaliação na Instituição em função da falta de sensibilização da maioria dos professores e alunos, o que prejudica a continuidade do processo avaliativo; (3) existe uma cobrança da comunidade acadêmica para que os resultados das avaliações sejam divulgados e sejam utilizados para apoiar as decisões de mudanças a fim de otimizar os aspectos que envolvem o processo ensino-aprendizagem, (4) as diferenças dos dados da AD e da ADD indicam que professores e alunos têm perspectivas diferentes de apreciação dos mesmos aspectos; e (5) existe a necessidade de se realizar uma reavaliação dos projetos da AD e da ADD para garantir a legitimidade técnica e política do processo junto à comunidade universitária.

Enfim, ainda existe muita resistência ao processo avaliativo, especialmente se a participação continuada, durante todos os anos analisados, for tomada como ponto de referência. Para que a CAEn consiga atingir seu objetivo de instituir a cultura da avaliação na UFSC, que como se viu, parece frágil nos diversos cursos analisados, terá que sensibilizar também a alta administração no sentido de desenvolver ações organizadas e conjuntas para promover a sensibilização permanente e dar conseqüência aos resultados. Pois, um dos objetivos da avaliação é também dar suporte às decisões com vistas à melhoria contínua da Instituição. Isto exige que a AD e a ADD sejam percebidas no contexto da avaliação de forma orgânica e articulada com os demais sub-projetos do PAIUFSC, de forma a se contemplar o princípio da globalidade.

A esta avaliação interna global deve-se acrescentar a avaliação externa e, em seguida uma re-avaliação, para se ter a possibilidade de confrontar os dados da esfera interna com os dados da avaliação realizada por membros externos. Faz-se necessário produzir uma síntese não só sobre os dados colhidos nas avaliações, mas também sobre os encaminhamentos indicados para a melhoria da qualidade na Universidade e no próprio processo de avaliação. Desta forma, será possível construir um processo contínuo de transformação e aperfeiçoamento.

Recomenda-se, por último, que sejam criados núcleos de avaliação nas unidades acadêmicas, com o apoio da CAEn, para haver uma maior descentralização dos processos avaliativos e um maior envolvimento da comunidade acadêmica.

Para concluir, empresta-se uma frase de Dias Sobrinho:

A avaliação institucional, além de ser um assunto complicado tecnicamente, é politicamente muito sensível e delicado, dadas as suas grandes e importantes implicações.

6. Referências bibliográficas

- AHUMADA ACEVEDO, P. **Evaluación de la eficiencia docente: aproximaciones, indicadores, concordancias, procedimientos.** Valparaíso : Universidad Católica de Valparaíso, 1992.
- BRASIL. MEC. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - PAIUB.** 1994. 111 p.
- CAHN, S. M. **Saints and scamps: ethics in academia.** Lanham, Maryland (USA) : Rowman & Littlefield Publishers, 1994.
- DIAS SOBRINHO, J. Avaliação quantitativa, avaliação qualitativa: interações e ênfases In: SGUISSARDI, V., org. **Avaliação universitária em questão: reformas do estado e da educação superior.** Campinas, SP : Autores Associados, 1997. P.71-89.
- DRESSEL, P. L. **Handbook of academic evaluation.** San Francisco : Jossey-Bass, 1978.
- LEITE, D. C., BORDAS, M. C. Avaliação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: a qualidade da diferença e a diferença de qualidade. **Educación Superior Y Sociedad**, Caracas, v. 5, n. 1 e 2, p. 109-123, 1994.
- MILLER, R. Appraising institutional performance. In: PETERSON, J. P. **Improving academic management.** San Francisco : Jossey-Bass, 1979.
- RISTOFF, D. I. Princípios do programa de avaliação institucional. **Avaliação**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 47-53, jul. 1996.
- RISTOFF, D. I. **Universidade em foco: reflexões sobre a educação superior.** Florianópolis : Insular, 1999.
- SGUISSARDI, V. Para avaliar propostas de avaliação do ensino superior. In: SGUISSARDI, V. (Org.). **Avaliação universitária em questão: reformas do Estado e da educação superior.** Campinas, SP : Autores Associados, 1997. p. 41-70.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Avaliação institucional da Universidade Federal de Santa Catarina: o projeto.** Florianópolis :UFSC, 1994.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. CAEn. **Relatório da avaliação de disciplinas, desempenho docente e condições de infra-estrutura: comentários adicionais.** Florianópolis :UFSC/CAEn, 1997.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. CAEn. **Relatório da avaliação de disciplinas, desempenho docente e condições de infra-estrutura: comentários adicionais.** Florianópolis :UFSC/CAEn, 1998.